

12 JUN 2024

Assinatura: *gjk*

MENSAGEM Nº 022/2024

Pirai, 10 de junho de 2024.

C.M.P - PIRAI-RJ.

Processo nº 1159

Rubrica *gjk* Fls 02

Senhor Presidente,
Nobres Vereadores.

O tema abordado pelo Projeto de Lei 019/2024 é relevante ao Município, uma vez que visava a fixação por Lei Municipal do piso salarial dos professores integrantes do quadro permanente de pessoal da Prefeitura.

Ocorre que o Projeto de lei ao retornar para análise e sanção, foi percebido a inclusão e aprovação em plenário, após passar pelas comissões necessárias, da Emenda Modificativa nº 001/2024.

Com enorme surpresa, foi percebido que a referida emenda alterou de forma inadvertida e sem qualquer indicação de parâmetro uma nova tabela de vencimentos de todos os níveis salariais da categoria.

Em que pese não se discutir a relevância da matéria, assim como assistimos de forma preocupante os constantes atos ocorridos em sessão plenária em clara desconformidade ao preceitos e princípios constitucionais onde alguns dos Nobres Edis cobram que o Presidente da Câmara cumpra o Regimento Interno, é mister que se espere dos mesmos a observância e respeito às Leis vigentes e à Constituição Federal.

Tal afirmação tem por base a clara ilegalidade e inconstitucionalidade da Emenda Modificativa nº 001/2024 que alterou substancialmente o Projeto de Lei nº 019/2024, levando assim ao seu VETO na forma do inciso V do art. 74 e art. 58, § 2º da Lei Orgânica pelas razões que passo a expor.

Inicialmente, observa-se que a Constituição Federal, pelo princípio da simetria, deve ter seus princípios fundamentais replicados pelos Estados e Municípios em suas Constituições ou lei Orgânicas.

Nesta toada, o artigo 63, §1º, I da Constituição Federal **VEDA EXPRESSAMENTE** que Projetos de Lei de autoria exclusiva do chefe do Poder Executivo tenham aumento de despesa, o que foi replicado, por força do princípio da simetria, no artigo 51, II da Lei Orgânica do Município, senão vejamos:

“Art. 51. Compete privativamente ao Prefeito Municipal, a iniciativa das leis que versem sobre:

...

II – criação de cargos, empregos e funções na administração direta e autárquica do Município, fixação e alteração das respectivas remunerações, excetuando-se a fixação do subsídio dos Secretários Municipais, que atenderá o disposto no artigo 29 - V, da Constituição Federal.”

O tema possui entendimento pacífico no Supremo Tribunal Federal que, em sede de Repercussão Geral, através do Tema 686, fixou a seguinte tese:

“I - Há reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para edição de normas que alterem o padrão remuneratório dos servidores públicos (art. 61, § 1º, II, a, da CF);

II - São formalmente inconstitucionais emendas parlamentares que impliquem aumento de despesa em projeto de lei de iniciativa reservada do Chefe do Poder Executivo (art. 63, I, da CF).”

Vale explicar, afim de se evitar a manipulação política da matéria, que os temas com repercussão geral reconhecida pelo STF, após a fixação da tese, passam a ter aplicação obrigatória, como no presente caso, onde a Tese 686 deve ser aplicada, de forma obrigatória.

Por isso, causa enorme surpresa a edição e aprovação da Emenda Modificativa como proposta, o que, por via de consequência, acarreta a edição do presente VETO, ante

a flagrante inconstitucionalidade da matéria, o que já foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal.

Portanto, o citado projeto de Lei trata da fixação de remuneração dos servidores públicos é afeta privativamente ao Prefeito Municipal.

Por outro lado, ao fixar de forma inadvertida e sem qualquer parâmetro fere a Lei Complementar nº 101/2000, que determinar que os Projetos de Lei que acarretam aumento de despesa, se faz necessário a realização de estudo prévio de impacto orçamentário e financeiro, além da declaração de enquadramento da despesa pelo Prefeito.

Tais obrigações constam do artigo 16 da Lei Complementar citada, o que certamente não ocorreu no presente caso, posto que para o cumprimento do Projeto de Lei, acarretará o incremento de despesas para o pagamento das remunerações e reflexos de todos os integrantes da categoria, sem qualquer parâmetro ou estudo prévio.

Por tal razão, constata-se a ilegalidade e inconstitucionalidade do Projeto de Lei, tornando obrigatório o veto total ora proposto.

Ante o exposto, entendo, pelo VETO TOTAL ao projeto de lei supracitado, conforme § 2º do artigo 58 c/c artigo 74, inciso V, ambos da LOM de Pirai, bem como artigo 22, I da Constituição Federal.

Essas Senhor Presidente, são as razões do Veto Total ora apresentado, que submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros da Câmara Municipal.

Cumpre ressaltar aqui a tristeza com que é feito o presente Veto, pois em virtude das atitudes de cunho político, com o intuito de alto promoção a todo custo, a emenda aprovada representa grande retrocesso para a categoria, posto que o presente ato é de natureza vinculada, sob pena de responsabilização do gestor público, e impede o pagamento da diferença salarial que deveria retroagir desde janeiro do presente ano.

Entretanto, a revisão geral proposta pelo governo é superior ao aumento do piso da categoria, e, essa sim, se estende a todos os níveis salariais do cargo de professor da Rede Pública Municipal.

Por fim, aproveito a oportunidade para manifestar a Vossa Excelência e aos demais membros dessa Egrégia Casa Legislativa protestos de elevada estima e distinta consideração.


RICARDO CAMPOS PASSOS

Prefeito Municipal

A Sua Excelência o Senhor

MÁRIO HERMÍNIO DA SILVA CARVALHO

Presidente da Câmara Municipal de Pirai

PIRAÍ – RJ.